

Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial

Catching up: the space as a research problem in colonial history

Tiago Gil*

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma avaliação dos estudos coloniais que enfatizam a variável “espaço” como um problema de pesquisa. O texto questiona o fato de a mais recente expansão dos estudos coloniais não ter dado importância para o debate com a geografia e com os estudos regionais. Diante das dificuldades deste tipo de investigação, caminhos e alternativas são apontados, destacando-se a historiografia assim chamada de “tradicional”, que dava grande importância para o espaço e desenvolveu metodologias para seu estudo no tempo. Desta maneira, os modernos sistemas de informação geográfica (SIGs) podem dialogar com aquele legado da velha historiografia, produzindo pesquisas inovadoras e complexas. Diversos exemplos deste tipo de pesquisa são apontados ao longo do texto.

Palavras-chave

História colonial. Cartografia. Historiografia.

Abstract

The objective of this paper is to review the colonial studies that emphasize the variable “space” as a research problem. The article questions the fact that the latest expansion of colonial studies have not given importance to the debate with geography and regional studies. Before the difficulties of this type of research, ways and alternatives are pointed out, highlighting the historiography of so-called “traditional”, which gave great importance to the space and developed methodologies for their study time. In this way, modern systems of the geographic information (GIS) can dialogue with that legacy of the old historiography, producing innovative and complex searches. Several examples of this kind of research are pointed out in the article.

Keywords

Colonial history. Cartography. Historiography.

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília.

A historiografia que tem na história colonial seu objeto, caso ou problema, cresceu muito nas últimas décadas. Cresceu em número, mas também em diversidade de abordagens, modelos e perspectivas de trabalho. Se o *boom* da pós-graduação no início dos anos 1980 significou um enorme avanço¹, o crescimento do número de programas nas décadas seguintes (especialmente fora dos grandes centros) abriu espaço para novos temas e casos, fora dos quadros tradicionais, onde a Bahia, e depois Minas, eram tidos como exemplos paradigmáticos. Sem desconsiderar estas regiões, fundamentais, aliás, para a compreensão do processo de conquista, os historiadores souberam abrir terreno na mata fechada do novo, descobrindo variações, limites e falhas dos modelos explicativos dominantes.

Como é próprio do conhecimento histórico, sempre temos terrenos para desbastar. O cenário das últimas décadas foi marcado por algumas polêmicas importantes. Dentro da enorme quantidade de temas, destaco alguns bastante palpitantes: a governança local e sua relação com os poderes centrais, as hierarquias sociais e os mercados coloniais, internos e externos². Contudo, será proveitoso discutir a conquista e o governo dos povos sem pensar a sua relação com o espaço? É conveniente discutir as hierarquias sociais sem perceber seu impacto territorial? E como avaliar os mercados sem dar conta de seus aspectos geográficos? Muitas destas questões passam pelos estudos de casos regionais e locais, que permitem diferentes jogos de escala, não apenas de análise da sociedade, como anda em voga, mas igualmente aquela que a geografia nos aporta. História e geografia já estiveram mais próximas, enquanto disciplinas³. E isso mesmo no que toca aos estudos de história colonial. O propósito deste texto é apresentar algumas possibilidades de trabalho tendo o espaço como variável relevante para complexificar nossas abordagens, dentro do já citado processo de renovação em que estamos. A proposta aqui é não

¹ FICO, Carlos; POLITO, Ronald, *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*, Ouro Preto: UFOP, 1992.

² BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral, *Modos de governar: idéias e práticas políticas o Império Português, séculos XVI e XIX*, São Paulo: Alameda, 2005; LARA, Sílvia Hunold, *Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa*, in: FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.), *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX*, São Paulo: Alameda, 2005; FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII*, [s.l.]: Civilização Brasileira, 2007; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João, *O Arcaísmo como projeto*, Rio de Janeiro: Sette letras, 1996; SOUZA, Laura de Mello e, *O sol e a Sombra*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³ Para uma breve discussão sobre esta distância, ver: GIL, Tiago, *Cartografia digital para historiadores: algumas noções básicas*, in: *História, Arquivos & Mídias Digitais*, Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

apenas considerar o espaço, mas incluir o repertório de ferramentas da geografia e da cartografia como fundamentais para nossas pesquisas.

Talvez o campo de estudos mais evidente para esta abordagem seja exatamente o processo de conquista e ocupação europeia dos terrenos. Apesar dos estudos sobre quem compunha a elite conquistadora, as relações com os grupos nativos e dos processos em particular, pouco sabemos sobre a dimensão espacial deste empreendimento⁴. E isso adquire um impacto maior quando pensamos numa perspectiva de síntese, que contemple o conjunto das ocupações como um fenômeno único, especialmente se forem considerados, ao mesmo tempo, os casos da África e da Ásia. Na segunda década do século XVII, Frei Vicente de Salvador já destacava uma marca da conquista lusa que encontrou forte eco na historiografia:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos⁵.

Esta perspectiva ficou profundamente marcada na produção historiográfica. Muito recentemente, a obra de Cláudia Damasceno enfatiza esta perspectiva, ao afirmar que:

Durante os séculos XVI e XVII, a maior parte das povoações fundadas pelos portugueses se situava na costa atlântica. No interior das terras, quase tudo era sertão - matas e campos onde viviam grupos esparsos de povos indígenas, e nos quais os brancos raramente se aventuravam⁶.

⁴ MONTEIRO, John M., *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994; FRAGOSO, João, A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII), *Topoi*, v. 01, n. 01, 2001; MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1998; HAMEISTER, Martha Daisson, *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*, 2006; LEME, Fernando Lobo, Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás, *Topoi*, v. 13, n. 25, 2012; RICUPERO, Rodrigo, Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI, in: FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.), *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX*, São Paulo: Alameda, 2005; SCHWARTZ, Stuart B., *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁵ Frei Vicente de Salvador. História do Brasil (1627). BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/biblioatlas/Livro_1_-_Do_descobrimento_do_Brasil_-_Cap%C3%ADtulo_3_-_Da_demarca%C3%A7%C3%A3o_da_terra,_e_costa_do_Brasil_com_a_do_Peru_e_%C3%8Dndias_de_Castela. Acesso em: 24 abr. 2014.

⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno, *Arraias e Vilas d'El Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 25.

Neste momento, não pretendo questionar este modelo. Quero apenas destacar que a historiografia mais recente não tem investido em pesquisas que permitam sua revisão ou mesmo sua matização. Bem certo que o objetivo da autora era salientar a interiorização no século XVIII nas Minas, sua obra não encontrou apoio em pesquisas recentes sobre o processo de ocupação, justamente por esta historiografia ser um tanto escassa. Mas o caráter costeiro da ocupação nos séculos XVI e XVII não é o único modelo que nos chega de longe na historiografia. Em trabalho recente, Leonardo Barleta destacou como o modelo proposto por Von Martius em *Como se deve escrever a História do Brasil* (1844) foi profundamente absorvido pela historiografia. A ideia de Von Martius era ultrapassar os estudos regionalizados, propondo uma dependência genética entre as regiões: como Goiás e Minas originando-se de São Paulo; Ceará; Paraíba e Rio Grande do Norte de Pernambuco; assim como Sergipe; Ilhéus e Alagoas da Bahia. Novamente não pretendo negar ou afirmar o modelo, mas destacar que a historiografia recente não tem discutido os limites desta explicação, consumindo seus frutos e repetindo suas sementes. A obra de Barleta é, certamente, um exemplo contrário deste silêncio⁷.

Ainda que seja óbvia a importância da geografia e da cartografia no estudo dos processos de ocupação, este não é o único campo possível. Outros temas clássicos podem se servir destas irmãs, acrescentando novas variáveis aos nossos problemas. Este é o caso dos estudos de história agrária, que vem crescendo recentemente. Com maior clareza, os temas ligados à política, como governança local e suas relações com os poderes do centro, têm sido um objeto muito frequente na última década. Os estudos sobre as câmaras se multiplicaram e outras esferas de poder passaram a ser alvo de pesquisas⁸. É surpreendente, contudo, como a dimensão espacial foi pouco explorada por estas investigações inovadoras. Se é correto que as disputas políticas passavam por elementos simbólicos e os conflitos geralmente se davam dentro da mesma vila (entre Capitão-mor, governador e Câmara, por exemplo), não é possível ignorar que as jurisdições (como área territorial) eram frequentemente disputadas⁹. Da mesma maneira, instituições aparentemente semelhantes

⁷ BARLETA, Leonardo, *O sertão partido: a formação do espaço no planalto curitibano* (séculos XVII e XVIII), Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*, Rio de Janeiro: Mauad/ Antigo Regime nos Trópicos, 2012; BICALHO; FERLINI, *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI e XIX*; RICUPERO, Rodrigo, *A formação da elite colonial*. Brasil c.1530 - c.1630, São Paulo: Alameda, 2009.

⁹ Neste sentido, o trabalho de Cláudia Damasceno é uma referência muito importante. Ver: FONSECA, *Arraiais e Vilas d'El Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas.

como as Câmaras eram profundamente diferentes na sua área de atuação. A Câmara da Bahia, por exemplo, debatia problemas que diziam respeito ao conjunto do Império Luso, enquanto a Câmara de Porto Alegre adotava uma perspectiva local¹⁰.

Igualmente um tema sempre importante nos estudos de história colonial no Brasil foram aqueles de demografia histórica. Desde os trabalhos pioneiros de Maria Luiza Marcílio¹¹, este campo tem sido continuamente devassado por novas levas de historiadores, sempre com o acréscimo de novas perspectivas, objetos e metodologias¹². Este tipo de abordagem pode se relacionar com a geografia e com a cartografia de diversas maneiras. Surpreendentemente, mesmo na historiografia mais recente de demografia histórica, é notória a pouca utilização de cartografia como ferramenta de exibição de dados e, especialmente, como instrumento de análise.

Os estudos de história econômica na América Portuguesa tiveram grande destaque nos últimos 20 anos, com pesquisas sobre diversas atividades produtivas e comerciais fora do espectro da *plantation*, e mesmo esta última foi continuamente reavaliada. Temas como o crédito, a produção de alimentos, a pesca da baleia, do anil, a pecuária e os mercados locais foram objeto de diversas pesquisas¹³. Estes movimentos econômicos, de acordo com os mesmos trabalhos, tinham diversas dinâmicas no espaço, mas o uso de análises espaciais e de cartografia (mesmo demonstrativa)

¹⁰ COMISSOLI, Adriano, *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*, 2006; KRAUSE, Thiago, *Ordens militares e poder local: elites coloniais, Câmaras municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista*, in: *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*, Rio de Janeiro: Mauad/Antigo Regime nos Trópicos, 2012.

¹¹ MARCILIO, Maria Luiza, *A Cidade de São Paulo. Povoamento e População*, São Paulo: Pioneira, 1973.

¹² NADALIN, Sergio Odilon, *História e demografia: elementos para um diálogo*, Campinas: ABEP, 2004; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho no oeste paulista, 1765-1855*, Campinas: CMU/UNICAMP, 1997; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, *Viver e sobreviver em uma vila colonial (Sorocaba - século XVIII e XIX)*, São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001; SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*, Guimarães: Universidade do Minho, 1999; ANDREAZZA, Maria Luiza, *Olhares para a Ordem Social na Freguesia de Santo Antônio da Lapa (1763-1798)*, [s.l.: s.n.], 2002.

¹³ ROLIM, Leonardo, *"Tempo das carnes" no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati (c. 1690 - c. 1802)*, Dissertação de mestrado, UFPB, João Pessoa, 2012; PESAVENTO, Fábio, *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos*, Jundiaí: Paco Editorial, 2013; OSÓRIO, Helen, *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América (Rio Grande de São Pedro, 1737-1822)*, CPGH/UFF, Niterói, 1999; GIL, Tiago, *Coisas do Caminho. Tropas e tropeiros do Viamão à Sorocaba*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

é limitado, quando presente – pela utilização de um mapa com escala nacional e poucos detalhes, apenas para situar o leitor no mundo.

Este cenário de distanciamento entre a história e a geografia tem sua razão de ser, como já foi dito. Ambas já andaram mais próximas, mas com a aproximação da antropologia esta união fora praticamente desfeita. Mas não podemos culpar os antropólogos, pois o domínio dos instrumentos de cartografia digital não é tarefa simples: requer aprendizado e atualização constante, e isso toma tempo. Contudo, com a tecnologia, temos hoje condições de fazer estes mapas com mais facilidade do que tinham os historiadores na “era Braudel”. Apesar das dificuldades técnicas da era pré-digital, a influência da geografia também sempre fora muito grande, especialmente antes da ascensão dos *Annales*. No caso do Brasil, ambas andavam muito próximas nos Institutos Históricos e “Geográficos”, regionais ou o nacional. E aqueles historiadores faziam seus mapas com um esforço técnico muito maior do que nós hoje. Contudo, eles possuíam um segredo, uma astúcia que permitia a realização da parte mais difícil do trabalho (que é a do historiador, não a do cartógrafo): encontrar os lugares no espaço e no tempo.

O segredo perdido: a erudição toponímica

Os historiadores que se organizaram nos séculos XIX e XX para constituir as células regionais do IHGB, além do próprio IHGB nacional, tinham objetivos diferentes daqueles dos historiadores do presente. Mas com a negação de sua perspectiva, negamos também algumas ferramentas importantes que eles dominavam, como a erudição. E se eles usavam esta ferramenta para projetar o presente sobre o passado, a culpa não é da erudição. Se bem que nem sempre usaram de mapas, sempre organizaram seus estudos conduzidos por uma noção espacial muito clara e com uma gigantesca precisão sobre a localização de cada lugar e sobre sua fundação, informações fundamentais para quem quiser montar um mapa histórico. Não se pode estudar a ocupação de uma região sem ter alguns pontos de apoio e a presença de localidades ajuda muito neste sentido.

Fundado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro marca o início da produção sistemática em história no Brasil. Logo no início de sua existência é criada a Revista do IHGB, que se encarregaria de publicar textos de interesse, que variavam entre artigos autorais, biografias e a apresentação de fontes consideradas históricas e importantes para o conhecimento da história e geografia do país. As poucas obras autorais existentes eram trabalhos de profunda erudição. Foi um trabalho

desta natureza, “Reflexões críticas sobre o escripto do seculo XVI” que permitiu a Luis Adolfo de Varnhagen ingressar no IHGB e publicar seu primeiro artigo naquela revista, em 1840. “Reflexões críticas” é uma obra de grande erudição e cuidado com a precisão geográfica, corrigindo os topônimos e as coordenadas geográficas apontadas por Gabriel Soares de Souza em seus escritos.

Esta visão da história desenvolveu-se no Brasil desde a fundação do IHGB até os anos 1950¹⁴, dispersando-se pelo país. A proposta inicial de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1838, já previa sua ramificação “nas províncias do Império, para melhor coligir os documentos necessários à história e geografia do Brasil”. O primeiro grande Instituto Histórico regional foi o de Pernambuco, fundado em 1862¹⁵, ainda que o Instituto do Rio Grande do Sul reivindique uma data de fundação anterior, em 1850, mas sem continuidade¹⁶. Estas instituições foram centros de grande importância na produção histórica de finais do século XIX e primeira metade do século XX. Foi no quadro desta visão de história que tinha nos institutos históricos sua “instituição histórica” que algumas obras, hoje clássicas, surgiram. Faço referência às obras que marcaram as historiografias regionais como fundadoras, como obras que se tornaram referências para gerações de historiadores. Penso em autores como Câmara Cascudo (Rio Grande do Norte), Aurélio Porto e Moisés Velinho (Rio Grande do Sul), Guilherme Studart e Raimundo Girão (Ceará), Waldemar Barbosa (Minas Gerais), Pereira da Costa (Pernambuco), além de outros. Ainda que sejam autores de posições diversas e diferentes épocas, considero aqui todos como parte de uma mesma tradição, que tem no conhecimento pormenorizado das datas, fatos e “momentos fundadores” um componente importante. E dominavam aquilo que chamo de “erudição toponímica” ou “erudição geográfica no tempo”.

Raimundo Girão escreveu, em 1939, em parceria com Antônio Martins Filho, a obra “O Ceará”¹⁷, composta pela coleção de histórias municipais de todo o Estado naquele momento, com seus atos fundadores, seus primeiros ocupantes e suas cronologias. Produziu também “Pequena História do Ceará”¹⁸, dentre outras tantas, voltadas

¹⁴ Desde então esta visão tradicional da história começa a sofrer assédio da historiografia acadêmica, que cresce muito na segunda metade do século XX no Brasil.

¹⁵ “Histórico” In: *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico.php>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

¹⁶ “Quem somos” In: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

¹⁷ GIRÃO, Raimundo; MARTINS F.O, Antônio, *O Ceará*, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

¹⁸ GIRÃO, Raimundo, *Pequena História do Ceará*, Fortaleza: Imprensa Universitaria, 1971.

para a identidade local cearense. Muito tempo antes dele, Guilherme de Studart já trabalhava nos temas regionais com o clássico “Diccionario bio-bibliographico cearense”¹⁹, publicado em 1910, ainda que os estudos do “Barão de Studart” viessem desde o final do século XIX²⁰.

Da mesma forma, no Rio Grande do Sul, havia historiadores como Aurélio Porto, que publicou em 1943 sua “História das Missões Orientais do Uruguai”, com um gigantesco cuidado com a precisão das informações e tomando o espaço com um aliado na sua narrativa. Dentro de outra tradição, Moysés Velhinho publicou em 1970 seu “Capitania d’El Rey”²¹, onde adotava postura semelhante no que toca ao cuidado com as informações cronológicas e espaciais. Aurélio Porto foi um dos fundadores do IHGRS, em 1920²².

De modo análogo, Minas tem Waldemar Barbosa, que publicou, em 1971, o “Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais”, obra que em seu formato lembra muito o modelo de Raimundo Girão, organizando a história de Minas na forma de verbetes sobre os municípios daquele estado. A semelhança no que toca ao cuidado com as informações cronológicas e geográficas é também marcante²³. O mesmo pode ser dito para “História do Rio Grande do Norte”, de Câmara Cascudo, onde são descritos com detalhes os lugares dos acontecimentos ali narrados, como a construção de novas capelas (até mesmo as reformas destas edificações) e o percurso exato (até onde fora possível) de diversos ocupantes e sitiantes das terras potiguares²⁴.

O que foi apresentado acima não pretende apontar uma unidade entre os autores, aliás, impossível, salvo aquela dada por uma notável característica da historiografia que se consolidou entre fins do XIX e a primeira metade do século XX: a preocupação com a precisão dos dados cronológicos e geográficos e o empenho em incluir todos estes elementos na narrativa. Este “projeto” criou uma marca, definiu um estilo de

¹⁹ STUDART, Guilherme de, *Diccionario biobibliográfico cearense*, Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1910.

²⁰ SILVA, Marilda Santana da, Ceará colonial, memória e o Instituto Histórico, in: *Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*, Ouro Preto: UFOP, 2012.

²¹ GUTFREIND, Ieda, *A historiografia rio-grandense*, Porto Alegre: Editora da universidade, 1998.

²² PORTO, Aurélio, *História das Missões Orientais do Uruguai*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943; VELLINHO, Moysés, *Capitania d’El Rey: aspectos polêmicos da formação Rio-Grandense*, Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

²³ BARBOSA, Waldemar de Almeida, *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*, [s.l.]: Editôra Saterb, 1971.

²⁴ CASCUDO, Luís da Câmara, *História do Rio Grande do Norte*, [s.l.]: MEC, 1955.

história, que se convencionou chamar grosseiramente de “positivismo” ou “empirismo”. É absolutamente correto que há enormes diferenças entre estes autores, mas eles também guardam em comum alguns traços. E me parece importante ressaltar que eles entenderam que para ter êxito nos seus projetos “empiristas”, deviam usar a erudição para saber, com exatidão, datas, fatos e os locais das suas tramas. E para isso souberam “cruzar” informações de fontes diferentes, algo bastante sofisticado.

Com estas colocações, quero apontar duas coisas: em primeiro lugar, para que possamos trabalhar com o espaço nos estudos de história colonial, é fundamental retomar aquele empenho por uma erudição “útil”, por falta de expressão melhor, que permita cruzar dados de fontes muito diversas, como sabiam com maestria Cascudo, Girão e Aurélio Porto. Por outro lado, é compensador saber que contamos com uma grande quantidade de estudos já prontos, como estes citados, que podem servir de base para diversas pesquisas. Cada terra tem “seu próprio Waldemar Barbosa” e eles são base importante para nossos trabalhos da atualidade. Mesmo Gilberto Freyre, autor de um dos mais célebres modelos explicativos do Brasil, escreveu, em 1939 (após seu clássico “Casa Grande e Senzala), um livro de erudição toponímica chamado “Olinda: 2º Guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira”²⁵.

Antes de continuar, gostaria de mencionar um último autor que pode ser exemplar disso tudo que estou apontando: Jaime Cortesão. Seus estudos sobre os “velhos mapas” do Brasil são de uma erudição impressionante e permitem, se bem apreendidos, um enorme aprendizado sobre os espaços dos primeiros séculos de ocupação da América Portuguesa. E ele não tinha outra proximidade com os autores acima listados além de pertencer ao mesmo tempo, ao mesmo período, no qual todos os outros foram gerados²⁶.

A historiografia mais recente

O esforço pela recuperação do debate entre história e geografia vem crescendo nos últimos anos. Diversas iniciativas paralelas têm tido lugar na produção historiográfica que tem a história colonial como foco. São trabalhos que souberam aproveitar métodos e informações da velha historiografia tradicional, sem perder de vista problemas de pesquisa

²⁵ FREYRE, Gilberto, *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

²⁶ CORTESÃO, Jaime, *História do Brasil nos Velhos Mapas*, Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1969.

de grande profundidade. Ainda é cedo para detectar uma nova “safra” de estudos que envolvem a elaboração cartográfica de informações históricas, como produto de investigações e como elementos de análise e demonstração de hipóteses, diferente, por exemplo, dos estudos dos mapas, como fazia o próprio Jaime Cortesão.

É fundamental lembrar que certos autores criaram terreno para estas novas abordagens e não estou falando de historiadores tradicionais. Ciro Cardoso, com seu “Atlas Histórico do Rio de Janeiro”, Maurício Abreu com sua “Evolução urbana do Rio de Janeiro”, Pedro de Almeida Vasconcelos com seu livro sobre Salvador ao longo dos últimos 500 anos, Nestor Goulart Reis Filho com sua análise das vilas coloniais e Nireu Cavalcanti com seus estudos sobre o Rio de Janeiro colonial, foram referências importantes nos últimos 30 anos e não podem ser esquecidos em um levantamento como este. Quero, contudo, destacar uma geração mais jovem, que vem se consolidando nos últimos anos²⁷.

Dentro desta nova historiografia que toma a América Portuguesa, parece-me que o primeiro trabalho nesta seara foi o de Cláudia Damasceno Fonseca, publicado em 2003 na França e com primeira edição em português em 2011. A obra faz um estudo exaustivo do processo de criação de povoações e vilas nas Minas do século XVIII, destacando, dentre outras coisas, o “léxico da ocupação”, ao estudo das formas como os lugares e espaços eram classificados e adjetivados ao longo da conquista lusa daqueles terrenos. O livro fez grande uso do velho “Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais”, de Waldemar Barbosa, apresentando um caso bem sucedido de como aproveitar um trabalho tradicional para construir uma narrativa alinhada com a “história-problema”²⁸.

Em 2008, Cláudio Figueiredo defendeu sua dissertação intitulada “Contribuição para a análise urbana a partir do georreferenciamento de elementos morfométricos de plantas antigas: Rio de Janeiro, 1812 e 1906”, onde apresentava uma metodologia para o estudo sistemático de plantas urbanas de épocas diferentes. A preocupação da obra é mais técnica e alinhada com problemas da cartografia propriamente dita, mas soube fazer dialogar informações detalhadas de datas e fatos com problemas mais atuais de pesquisa, valendo-se da ajuda de clássicos como Maurício Abreu e Nireu Cavalcanti²⁹.

²⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500-1720)*, São Paulo: Pioneira, 1968; ABREU, Maurício de Almeida, *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987; VASCONCELOS, Pedro de, *Salvador: Transformações e permanências (1549-1999)*, Ilhéus: Editus, 2002.

²⁸ FONSECA, *Arraias e Vilas d’El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*.

²⁹ FIGUEIREDO, Cláudio Chagas, *Contribuição para a análise urbana a partir do*

Igualmente nova é a contribuição de Allan Kato, com a dissertação “Retrato Urbano: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX”, defendida em 2011. O autor explora a formação urbana de três vilas na época colonial, através de diversos critérios sociais como a vizinhança, o espaço de habitação de grupos étnicos, elites e outros conjuntos sociais. O trabalho, de modo semelhante à Figueiredo e Fonseca, utiliza uma grande quantidade de mapas produzidos para a pesquisa, que facilitaram o uso do “espaço” como ferramenta de análise. Importante ainda ressaltar como soube se valer de autores “tradicionais” para viabilizar seu trabalho, especialmente as obras de Francisco Negrão, uma espécie de Waldemar Barbosa do Paraná.

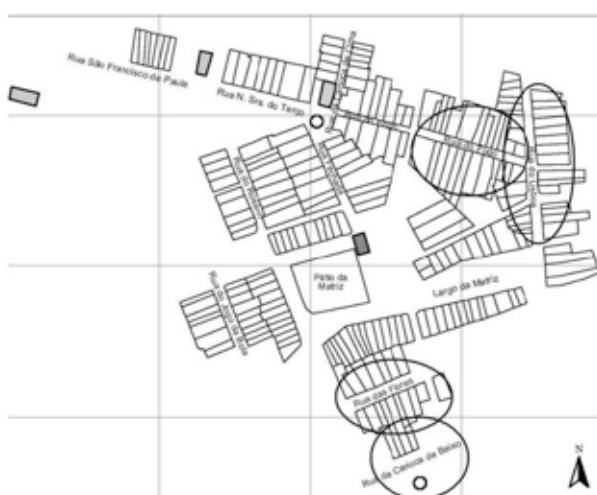


Figura 1: Exemplo de mapa “analítico”: Logradouros de concentração das casas, em média, mais baratas em Curitiba, 1810

Fonte: Kato, Allan. “Retrato urbano...”

Mais recentemente, a dissertação de Leonardo Barleta fez um estudo aprofundado na historiografia tradicional para produzir uma análise complexa do espaço no planalto curitibano entre os séculos XVII e XVIII. Em “O Sertão Partido: a formação do espaço no planalto curitibano (séculos XVII e XVIII)”, Barleta soube articular a historiografia tradicional com problemas atuais de pesquisa, ao tentar compreender os processos que criaram condições para a ocupação lusa do planalto no Paraná colonial³⁰.

georreferenciamento de elementos morfométricos de plantas antigas: Rio de Janeiro, 1812 e 1906, 2008.

³⁰ BARLETA, *O sertão partido: a formação do espaço no planalto curitibano (séculos XVII e XVIII)*.

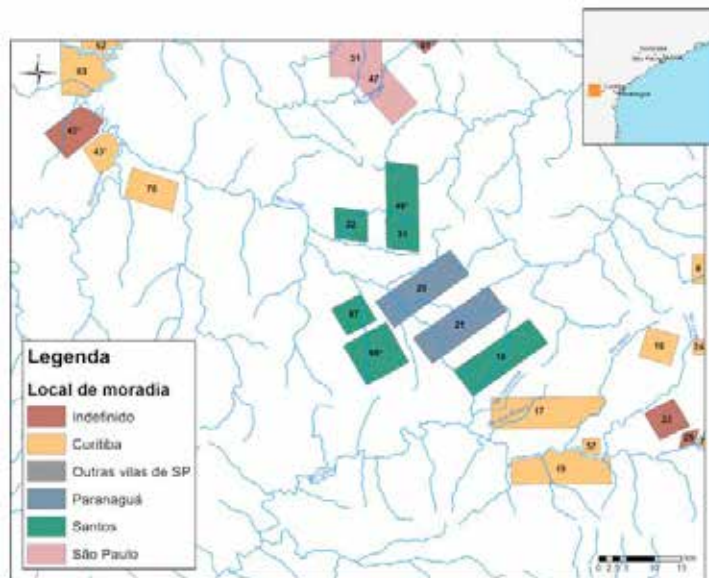


Figura 2: Exemplo de mapa “analítico”: “Sesmarias distribuídas entre os rios Passaúna e Tibagi (1706-1750)”.

Fonte: BARLETA, Leonardo. O Sertão Partido...

Experiências e problemas de um “Atlas Digital da América Lusa”

Dentro da mesma perspectiva destes trabalhos que recentemente incorporaram a variável “espaço” como central em suas análises, surgiu, em 2009, o projeto do “Atlas Digital da América Lusa”, que buscava a construção de uma plataforma virtual interativa para exibir informações geográficas da América Portuguesa. O início da tarefa apontou para a impossibilidade de um grupo único, por maior que fosse, realizar o projeto isoladamente. Desde o início, foi adotada uma perspectiva “colaborativa” de trabalho, de modo que o sistema digital permitisse a publicação de diversas pesquisas. A opção pelo meio digital teve fortes motivações: pela facilidade de acesso, pela redução dos custos editoriais, pela possibilidade de trabalho colaborativo e, em especial, pelo potencial interativo da ferramenta, que permitiria a escolha de escalas, temas e recortes cronológicos. A versão 1.0 do “Atlas Digital”, lançada no final de agosto de 2011, na Unicamp, exibia já um conteúdo de vilas e freguesias da América Portuguesa.

A ideia de construir um atlas histórico pode ser, por si só, anacrônica. No caso da América Portuguesa, ou Brasil “Colonial”, certamente é, e por diversas razões. Significa levar ao passado uma noção

de espaço que não é própria daquele mundo. E pode ser pior, pois se considerarmos a dita América Portuguesa, de qual noção de espaço estamos falando, se a do século XVI ou do século XVIII? O problema aqui é o da tradução. É preciso traduzir para a linguagem geográfica atual as notícias que temos de épocas tão diferentes. Esse problema surge, por exemplo, quando querendo utilizar mapas como “fonte histórica” para nosso Atlas, encontramos em um mapa de 1519 um lugar chamado “Rio de Janeiro”, em uma localização coerente com as coordenadas da cidade maravilhosa³¹. Aparentemente, está tudo no lugar.

E o que fazemos quando encontramos a imagem de um dragão cuspidor fogo, neste mesmo mapa, no centro do continente? O bom senso me manda esquecer a criatura, supondo que ela não existe e nem tenha existido, sendo apenas um elemento ornamental. Mas, como dizia Marc Bloch, não é o bom senso que preside o trabalho do historiador, mas a adoção de critérios claros³². De qualquer modo, mesmo que encontremos critérios para diferenciá-los, o problema da tradução permanece, pois aquele “Rio de Janeiro”, mesmo sendo coerente com o atual, é algo completamente diferente do que conhecemos hoje e das diversas formas que a vila teve ao longo de sua trajetória. Neste mapa, ele rivalizava com outros topônimos que historicamente não ganharam o mesmo significado da futura capital do Estado do Brasil. E talvez o Dragão nos fale mais sobre aquele mundo do que a referência ao “Rio de Janeiro” fale sobre a localização deste último.

Como salientou Vitorino Magalhães Godinho, no século XVI estamos em lenta transição de um mundo onde realidade e fantástico estão profundamente misturados para outro, marcado pela precisão, pelo uso dos números, pelo cuidado com o exato³³. O dragão é tão válido quanto o Rio de Janeiro, e tanto quanto a lendária lagoa Eupana, também cartografada em diversos mapas da época, que ficaria no centro do continente sul-americano³⁴, assim como os anjos, que circundam a terra no Atlas de Lopo Homem e Reinéis, de 1519, têm sua razão de estar ali.

O anacronismo, da forma como apresentamos acima, parece ser uma característica comum aos mapas históricos. Para não me deter mais neste aspecto, quero apenas falar de uma forma de anacronismo muito

³¹ Mapa de Lopo Homem e Reinéis. 1519.

³² Marc BLOCH, *Apologia Da História Ou O Ofício De Historiador* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001).

³³ GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa: Editorial Presença, 1971.

³⁴ Iris KANTOR, "Usos Diplomáticos Da Ilha-Brasil Polêmicas Cartográficas E Historiográficas," *Varia História* 23, no. 37 (2007).

Reconhecido o fato de que todo atlas histórico tem um tanto de anacrônico, por mais sofisticado e elegante, resta o caminho mais simples: assumir clara e deliberadamente esta situação, não apenas na sua construção, explicitando o problema aos leitores finais do trabalho. Não há pureza em um trabalho como este e boa parte da tarefa é feita de arbitrariedades. Da mesma forma, é um trabalho cheio de opções teóricas, como toda a pesquisa histórica. E tal como o anacronismo, convém explicitá-las, ao menos as conscientes. A primeira e mais clara é expressa no título do projeto: Atlas Digital da “América Lusa”. Poderia ter sido “Brasil Colonial”, mas a opção foi outra. Há boas razões para isso, as quais não são unanimidade, com certeza. A primeira é que não pretendemos projetar para um período tão grande a uniformidade futura da ideia de “Brasil” que faz tão bem ao Estado-nacional e aos historiadores eruditos de outrora. Mas se não podemos dizer Brasil, como dizer “Lusa”? Pois se tratava de conquista do Rei de Portugal e de seus súditos e, ao fim e ao cabo, é esta conquista o tema principal do Atlas.

América Lusa é um termo carregado de problemas. Dá a ideia de que havia uma América Lusa com características comuns, o que significaria o mesmo que dizer “Brasil” ou “pré-Brasil”, como se o atual país não fosse um processo histórico, mas um destino. Esta homogeneização ofusca o fato de que havia dois “Estados”, duas áreas diferentes de conquista na dita América Portuguesa: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Também pode sugerir uma homogeneidade na estrutura administrativa, quando sabemos da diversidade de sistemas locais de comando e governo, classificada por Caio Prado como “desordem” e por Hespánha como “pluralismo”. De qualquer forma, não há nenhuma opção de recorte geográfico que não esteja comprometida com algum projeto, com alguma visão de mundo. Nossas fontes, contudo, são de origem portuguesa, marcadas pela presença lusa ou por suas instituições. Não se trata de uma arbitrariedade completa. E nossa opção, por fim, se deu mais em busca de uma denominação que fosse clara ao leitor, e o termo América Lusa cumpre bem esta função³⁶.

Há informações muito difíceis de representar em um mapa como o “Atlas”. A localização de aldeias indígenas é uma delas. E mesmo com toda a erudição e todo o auxílio da boa e velha historiografia tradicional não conseguiremos reunir um conjunto de dados que elimine os espaços em branco que antecedem a ocupação portuguesa na América “digital”

³⁶ PRADO JR., Caio., *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*, São Paulo: Brasiliense, 1979; HESPANHA, Antonio Manuel, *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político (Portugal - século XVII)*, Coimbra: Livraria Almedina, 1994; HESPANHA, Antonio Manuel, *História de Portugal*, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

que estamos construindo. O mesmo pode ser dito para a representação dos poderes, tendo em conta suas diversas variáveis. E como salientar (ou matizar) o significado das paisagens, serras, montanhas, rios e pântanos, no processo de ocupação territorial? São problemas que aos poucos vão encontrando solução, mas que desafiam o projeto como um todo.



Figura 4: Visão de conjunto do “Atlas...”, com informações de todo o período, sem seleção
Fonte: Atlas Digital da América Lusa. (<http://lhs.unb.br/atlas>). Consultado em 28/05/2014.

Na mesma medida em que tal proposta apresenta problemas, ela também tem potenciais bastante interessantes. A escolha por um recorte maior, a América Portuguesa, permite a comparação entre diferentes “casos”: capitânicas, comarcas ou outros espaços regionais, que geralmente são abordados isoladamente, dentro daquilo que é possível no quadro da expansão das pós-graduações e das pesquisas de curta duração. Neste sentido, a ferramenta abre espaço para reflexões de síntese, em um ambiente dominado pelos estudos pontuais. É possível, por exemplo, observar a dinâmica da criação de vilas no conjunto da América Portuguesa, no contexto global ou em algum recorte (o século XVII, por exemplo). Da mesma forma, é possível comparar os surtos de criação de vilas com outros fenômenos, como conquistas, migrações e atividades econômicas.

A ferramenta possui recursos para análise cronológica. A imagem inicial mostra todos os elementos, vilas, aldeias, rios, caminhos, etc., do período entre 1500 e 1808. Contudo, é possível “filtrar” os dados visíveis para períodos muito específicos (o século XVI, por exemplo) ou certo

ano em particular. Uma visualização que tome períodos de cinquenta anos pode ser interessante para perceber os rumos da conquista ao longo do período. O cenário apresentado pelo Atlas para os primeiros cem anos tende a dar muita razão para o Frei Vicente, especialmente se considerarmos que a América Espanhola (parcialmente detalhada no mapa, para fins de comparação) já possui uma enorme interiorização no século XVI, diante de uma América Lusa ainda muito costeira, quase insular, diante do continente ainda pouco conhecido. Da mesma forma, é perceptível o crescimento do sudeste, com as minas de ouro, em paralelo ao avanço pelo interior nas capitânicas do norte, Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, entre 1700 e 1800.

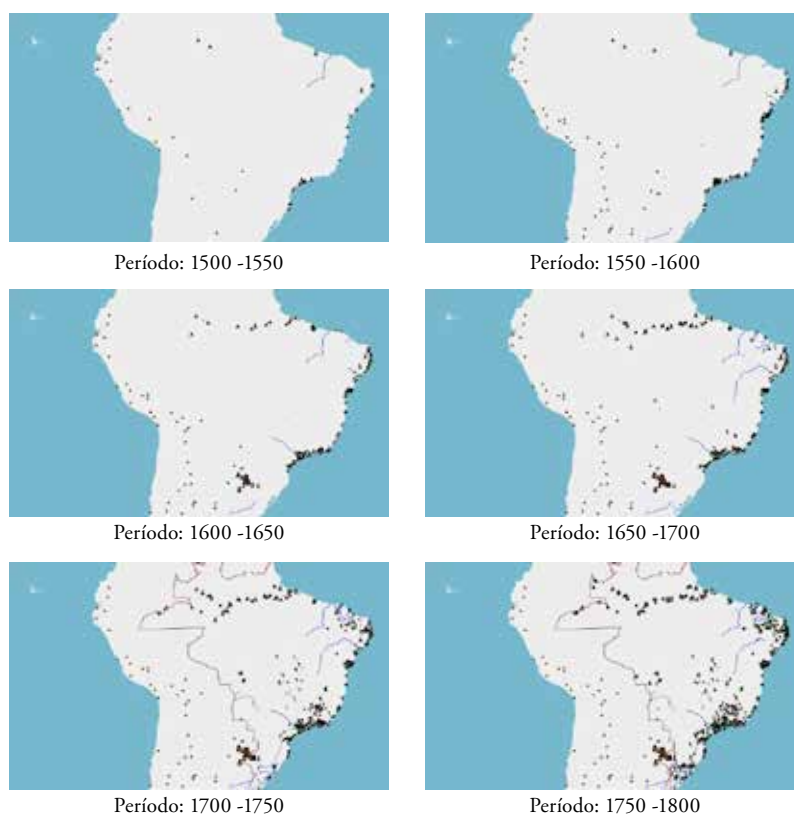


Figura 5: Representações da ocupação da América Portuguesa (através da fundação de Vilas, Freguesias e Aldeias)

Fonte: Atlas Digital da América Lusa. (<http://lhs.unb.br/atlas>). Consultado em 28/05/2014.

Se a ferramenta pode ser útil numa escala nacional, também na escala local há conveniências. Cruzando dados de inventários e fontes que nos informem da toponímia local, podemos demarcar terras digitalmente. O Atlas ainda não tem este tipo de dado de modo abundante, mas já há algumas experiências disponíveis. A “Estância do Pavão”, de Rafael Pinto Bandeira, por exemplo, considerada uma enorme propriedade agrária de finais do século XVIII no Rio Grande de São Pedro, é um exemplo. Ela ficava situada em um local estratégico, próximo da Vila de Rio Grande e no caminho por onde passavam contrabandos, inclusive empreendidos por seu proprietário. Diante dela, estava a Guarda do Beca, posto de controle de contrabando que era “contornado” pela propriedade. O quadro geral da ocupação agrária, contudo, ainda é uma tarefa que levará anos para ser minimamente realizada.

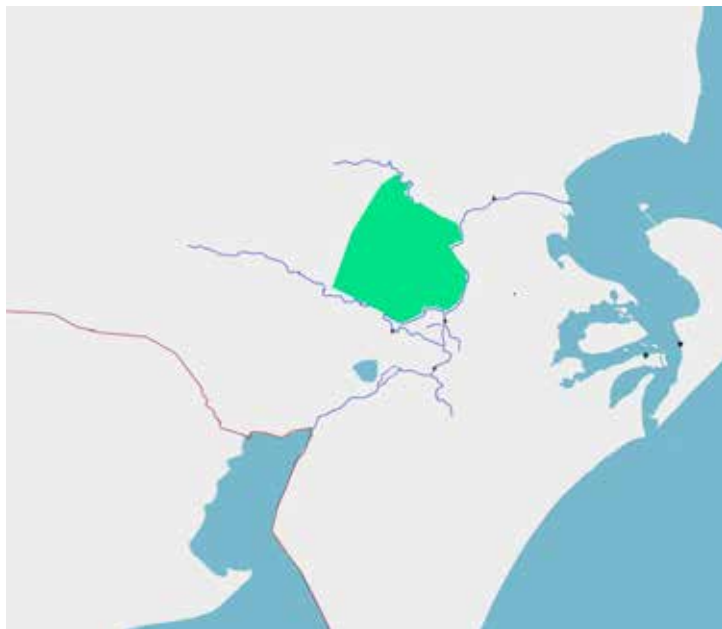


Figura 6: Representação de uma unidade agrária (Estância de Rafael Pinto Bandeira, 1790), no “Atlas...”

Fonte: Atlas Digital da América Lusa. (<http://lhs.unb.br/atlas>). Consultado em 28/05/2014.

A linha marrom representa a linha da fronteira na época, as linhas em azul, a hidrografia, a mancha verde, a Estância do Pavão propriamente dita. Os pontos no canto direito representam, respectivamente, a Vila de Rio Grande e a Freguesia de São José do Norte.

A plataforma do Atlas pressupõe integração entre os espaços, geralmente afastados por questões teóricas e metodológicas nas pesquisas, como a oposição entre rural e urbano. Problema complexo e de difícil diferenciação no contexto da conquista da América moderna, a relação entre os espaços agrários e “arruados” se dá, no universo do “Atlas”, de modo complementar. Não seria possível compreender a cidade do Rio de Janeiro, mesmo no século XVIII, sem seu entorno agrícola, partícipe do abastecimento de umas das mais estratégicas vilas do império luso.³⁷



Figura 7: Representação de planta urbana (Rio de Janeiro, final do século XVIII), com destaque para algumas freguesias rurais³⁸

Fonte: Atlas Digital da América Lusa. (<http://lhs.unb.br/atlas>). Consultado em 28/05/2014.

A Figura 7 apresenta o casco urbano do Rio de Janeiro no final do século XVIII. Enfatiza-se o caráter urbano da localidade, não perdendo de vista a proximidade de freguesias rurais, especialmente na atual baixada fluminense. Da mesma forma, destaca-se a integração com áreas de lavoura, através dos caminhos, como este cinza, no centro da imagem, rumando para oeste, o chamado “Caminho do Mata Porcos”, que levava para Santa Cruz, dentre outros destinos da *hinterland* carioca.

O desenvolvimento do sistema de gestão dos dados do “Atlas Digital da América Lusa” já autoriza uma grande quantidade de tipos

³⁷ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 – c.1750)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

³⁸ A mancha laranja representa as quadras; as linhas em azul claro, o arruamento do Rio de Janeiro; as linhas cinza escuro representam caminhos de longa distância. As Freguesias são representadas por pontos com uma cruz.

de informação organizados de modo estruturado. O abastecimento, contudo, de um volume satisfatório de dados sobre o contexto ainda depende de intenso trabalho e de muita colaboração. A sorte está lançada. A preocupação crescente com o espaço em pesquisas mais recentes parece oferecer resposta afirmativa ao desafio. A retomada do espaço como variável de análise pelos historiadores pode se beneficiar dos esforços das gerações passadas, que dominavam certas habilidades fundamentais para este tipo de empreitada.

Recebido em: 10 de setembro de 2014
Aprovado em: 10 de novembro de 2014